

POTENCIALIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ POR MEIO DE NOVAS TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO: UTILIZAÇÃO DE GRUPOS DE DISCUSSÃO COMO FERRAMENTA DE DELIBERAÇÃO E GESTÃO LOCAL

Alysson Bruno M. Assunção¹

RESUMO:

O artigo aborda a possibilidade utilização de novas TICs para favorecer a troca pública de ideias com vistas à participação dos cidadãos em processos de gestão local, analisando aspectos qualitativos e quantitativos de grupos de discussão online de uma rede social baseada na plataforma Ning. Os resultados sugerem que redes sociais na internet como essa podem possibilitar trocas discursivas qualificadas e aprendizado dos usuários sobre temas de interesse público.

Palavras-Chave: *internet; democracia digital; grupos online de discussão*

¹ Mestre em Comunicação Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2013). É Profissional de Comunicação Social na Petrobras desde 2009, atuando com Educação Corporativa na área de Responsabilidade Social. Professor associado ao IBMR desde 2013. Especialista em Jornalismo Literário (ABJL-SP - 2008), Psicologia Clínica (IBAC-DF - 2008). Possui graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal de Goiás (2007), e Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2007).

Introdução

Nos últimos anos, parte dos estudos sobre o tema da democracia digital se concentram nos usos e apropriações que diversos atores fazem das redes, assim como as consequências práticas para processos políticos, ao possibilitar abordagem e deliberação sobre temas de interesse público (Maia, 2008; Marques, 2010; Miola, 2011). Grupos de discussão, petições e consultas públicas podem possibilitar que os cidadãos passem de simples consumidores a coprotagonistas.

Esse trabalho procura desenvolver uma reflexão sobre as possibilidades de os cidadãos exercerem participação política online, ao investigar a participação e potencial de deliberação online a partir da análise de quatro grupos de discussão da Rede Brasileira de Agendas 21 Locais – Rebal 21². Antes da análise de conteúdo (Bardin, 1998) das postagens nesses grupos – retomaremos a discussão sobre a relação entre internet, democracia digital, participação e deliberação online.

Se entendermos a democracia não apenas como um conjunto de procedimentos formais para garantir a alternância de poder governamental – mas como realização de instâncias deliberativas capazes de exercer algum tipo de influência no processo político – é fundamental que o processo democrático constitua-se por interações discursivas. Nessa abordagem, a esfera pública valoriza a pluralidade de atores e de espaços de interação, buscando entendimentos compartilhados e atuando como “rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões, na qual os fluxos comunicacionais são sintetizados a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos” (Habermas, 1997: 92).

A Agenda 21 foi a principal proposta conferência Eco-92 – ocorrida no Rio de Janeiro em 1992 – e ressalta a importância de cada setor da sociedade se comprometer a refletir, global e localmente, sobre qual o tipo de desenvolvimento desejado, e cooperarem no estudo de soluções para contornar os problemas socioambientais (BRASIL, 2011). Portanto, é necessária que haja ampla participação de governo, empresas, instituições do terceiro setor, dentre outros, nesse processo. Além de ser eminentemente participativo, trata-se de um processo deliberativo por excelência, no qual o ponto mais importante é discutir quais questões são prioritárias.

² A plataforma Ning foi utilizada pela Rebal21 entre janeiro de 2009 e dezembro de 2013, com o endereço www.rebal21.ning.com. Acesso em 25/10/2013.

O processo de estruturação da Agenda 21 Brasileira tomou força entre 1996 e 2002, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, sendo que o documento base da Agenda 21 Brasileira foi concluído em 2002 (BRASIL, 2011). Em 2006, o foi elaborado um instrumento de pesquisa e identificação de processos de Agenda 21 no Brasil, com a intenção de fortalecer e articular encontros de uma Rede Brasileira de Agendas 21 Locais – Rebal21. A criação de um ambiente digital para a Rebal21 ocorreu em 2009, no sentido de integrar virtualmente e possibilitar a discussão de temas de interesse público relacionados à construção de processos de Agenda 21.

É a partir desse contexto – importante não apenas para aqueles que participam dos processos de Agenda 21, como para todos que vivem naquele local – que o presente trabalho aborda a questão da utilização da comunicação digital, explorando seu potencial para promoção da participação política entre os cidadãos. A relevância acadêmica de abordar esse objeto de estudo é alcançar um melhor entendimento de como os atores sociais no Brasil podem se valer dos recursos da internet para alcançar propósitos potencialmente democráticos.

Possibilidades de participação democrática e deliberação na Internet

O advento da Internet trouxe a discussão de como as ferramentas que ela abriga e possibilita podem ser utilizadas para fins democráticos, como a redução dos custos de participação política, o envolvimento de maior número de cidadãos nas discussões e o fluxo de comunicação entre cidadãos. Para Rousiley Maia (2008), nesse ambiente informativo denso, haveria condições para a participação democrática e deliberação sobre temas de interesse comum – de uma forma racional e buscando contemplar perspectivas distintas – incluindo a possibilidade de representantes do governo trocarem informações com os cidadãos sem tanto entrave burocrático. Ao descrever as condições necessárias para a democracia digital, Coleman e Blumber (2009: 179) reconhecem a dificuldade de atender às condições ideais para deliberação, apontando para abordagens tecnológicas que favoreçam a tomada de decisões de forma autossustentável – entendendo que a esfera pública é um fator conector, mas do que integrador.

Pensando a participação e a deliberação na atualidade, Dahlberg (2001, p. 623) argumenta que é possível explorar o potencial dessas ferramentas de comunicação online de

forma a “estender a esfera pública”. O autor desenha requisitos fundamentais para o discurso, partindo das noções de ação comunicativa, ética do discurso e deliberação de Habermas. O primeiro desses requisitos seria a “troca de razões fundamentadas pratica e moralmente válidas”: envolve engajar-se em crítica recíproca de posições racionalmente fundamentadas, ao invés de alegações. O segundo seria a “reflexividade”, ou seja, os participantes devem examinar criticamente seus valores culturais, suposições e interesses, bem como o contexto social mais amplo. Também é necessária a “reciprocidade” – tentativa de compreender o argumento na perspectiva do outro – que requer um compromisso de um diálogo permanente e respeitoso.

Outro requisito seria a “sinceridade”, pois os participantes devem se esforçar para fornecer todas as informações relevantes, incluindo informações sobre suas intenções, interesses, necessidades e desejos. Pela “inclusão e igualdade discursiva”, todos estão no direito de introduzir e questionar qualquer afirmação – o que pode ser limitado por restrições formais ou informais de acesso e por desigualdades no discurso (onde alguns dominam e os outros lutam para ter suas vozes ouvidas). Por último, requer-se “autonomia frente ao Estado e ao poder econômico”, ou seja, o discurso deve ser impulsionado pelas preocupações dos cidadãos, e não pelo poder administrativo.

Em relação ao conteúdo das mensagens, Jakob Jensen (2003) estabelece como principais variáveis para análise a forma – que consiste na pertinência ou relevância das mensagens trocadas, dentro da discussão realizada – e o diálogo – se os participantes respondem uns aos outros ou apenas trocam mensagens sem interconexão. É importante ainda considerar o tom das mensagens (se é respeitoso ou não), a abertura dos participantes (assumindo suas reais identidades) e o conteúdo da argumentação.

Iniciativas top-down e bottom-up

Vários são os exemplos relatados na literatura acerca das possibilidades e estratégias para utilização da internet na viabilização da participação democrática. Um exemplo clássico é o caso Minnesota E-Democracy (Dalhberg, 2001), que desde 1994 desenvolve fóruns de discussão online. Em 2000 a lista Mn-Politics Discuss (MPD) tinha 400 assinantes – em 2014,

são cerca de 560. O MPD tornou-se modelo para outros 30 grupos criados pelo projeto dos Estados Unidos, Reino Unido e Nova Zelândia.

No que diz respeito a iniciativas brasileiras, Sampaio, Maia e Marques (2010) analisaram trocas discursivas realizadas no fórum online do orçamento participativo digital de Belo Horizonte, na qual se verificou que aspectos discursivos concernentes à reciprocidade e à reflexividade se mostraram relativamente escassos. Foi constatado o respeito pelos outros interlocutores e a construção de justificativas dos pontos de vista.

Miola (2011) analisou o potencial deliberativo de um dos fóruns ofertados pela Comissão de Legislação Participativa (CLP) da Câmara dos Deputados. Reunindo 59 participantes, tinha objetivo de avaliar trabalhos desempenhados pela CLP, sendo um canal de mediação entre tomadores de decisões e a sociedade. Considerou-se que organização do fórum, a partir de perguntas abertas, a apresentação de informações complementares e a presença de moderação foram importantes para a participação e deliberação, mas faltaram regras de conduta e critérios para moderação e publicação das mensagens. Argumentos de representação do governo tendiam a obter maior validação em comparação com os demais participantes, sendo menor a interação entre cidadãos.

Essas experiências podem ser divididas em duas categorias: na primeira, são realizadas por meio de iniciativas iniciadas mantidas e gerenciadas por órgãos governamentais – numa perspectiva *top-down*. O segundo tipo seria marcado pela autonomia em relação a esse poder – *bottom up*³ (Coleman & Blumber, 2009). Os autores consideram benéfica a independência dos projetos de democracia digital, tendo como premissa principal a oposição de interesses entre as concepções do poder administrativo e dos interesses da sociedade.

O fato de a instância governamental assumir responsabilidade pela estimulação, organização e mediação de tais ferramentas não é necessariamente um ponto negativo, uma vez que tal comprometimento seria uma condição para que as contribuições da comunidade local possa influenciar ter impactos concretos nos processos de tomada de decisão e planejamento. Assim, é recomendável que representantes governamentais forneçam às comunidades informações, para que os cidadãos possam sugerir ou tecer contra-argumentos. Recomenda-se

³ Abordagens “de cima para baixo” e “de baixo para cima” (*top-down* e *bottom-up* respectivamente) são formas de ordenação do conhecimento e gestão. Na abordagem de cima para baixo, a instância superior responsável dissemina decisões para os níveis mais baixos da hierarquia, tendo maior controle e poder de determinação. Na abordagem de baixo para cima, as instâncias decisórias são formuladas a partir da base de um grande número de pessoas trabalhando em conjunto, permitindo uma maior experimentação e consulta aos níveis hierarquicamente inferiores.

envolvimento de mediadores “neutros”, cuja função seria interferir em casos de conflitos, garantir o respeito entre os participantes e promover a interatividade no processo (Dalhberg, 2001; Coleman & Blumber, 2009).

O caso da Rede Brasileira de Agendas 21 Locais

A Rebal21 foi uma rede online que reuniu participantes de processos de Agenda 21 de diversos estados, além de simpatizantes do tema e profissionais que atuam na promoção desse tipo de processo, por excelência, participativo. De 2009 até dezembro de 2013, a rede abrigou grupos de discussão virtuais e documentos de referência na plataforma Ning. Em outubro de 2013, a rede contabilizava 2310 membros inscritos no endereço rebal21.ning.com, responsáveis pela postagem de 3916 fotos e 300 vídeos. Havia possibilidade de postar informações em um blog geral da rede e ainda a divulgação de eventos, tendo sido 360 cadastros ao longo de sua existência.

A moderação da rede era realizada por representantes da Subcoordenação de Agenda 21, ligada à Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro. A rede contava ainda com a presença de outros representantes governamentais – corpo técnico envolvido nos trabalhos desse tipo no Brasil – participantes de processos de Agenda 21 e ainda pessoas simpatizantes, mas que não participavam desse tipo de processo.

A maior parte da atividade na Rebal21 ocorria por meio das discussões realizadas nos 119 grupos de discussão, que na rede são enunciados como “Iniciativas dos membros e páginas dos grupos da Agenda 21 Local no Brasil”. Os títulos e descrições de cada grupo permitem dividi-los em três tipos: grupos de discussão online ligados a processos Agenda 21 em andamento; grupos de trabalho, com o objetivo de integrar participantes em torno de objetivos e ações comuns; grupos temáticos, voltados à discussão de assuntos pertinentes a temas ligados à Agenda 21. Os grupos podiam ser criados por qualquer participante, com a autorização da moderação. As mensagens podiam ser postadas sem qualquer aprovação prévia da moderação.

As categorias de análise foram propostas para a análise das mensagens trocadas nos grupos foram: (a) a pertinência da mensagem; (b) a continuidade dada pelos outros participantes; (c) a abertura quanto à sua identidade; (d) o tom (agressivo ou respeitoso); (e) a reciprocidade e (f) a argumentação (perceptível na apresentação de justificativas ou validações)

(Sampaio, Maia & Marques, 2010; Miola, 2011). Considerou-se, assim, a noção de argumentação em ambientes online, proposta por Dahlberg (2001), e as categorias de Jensen (2003) para analisar grupos deliberativos. Foram selecionados para análise os quatro grupos que apresentavam o maior número de participantes cadastrados, assim como o maior número de mensagens trocadas. Em todos os grupos escolhidos verificou-se a participação do perfil “Moderadores da Rebal”.

Quanto ao fornecimento de informações e regras para participação, a Rebal21 apresentava objetivos, regras e documentos fundantes da rede disponíveis a partir da página inicial, no campo “Dicas para navegar na Rebal”, que orientava sobre sua utilização e suas ferramentas. No caso dos grupos de discussão, era enfatizado que cada um deveria ter uma temática específica. O criador seria responsável pela manutenção, e grupos inativos eram arquivados pela moderação, no campo “Documentos”.

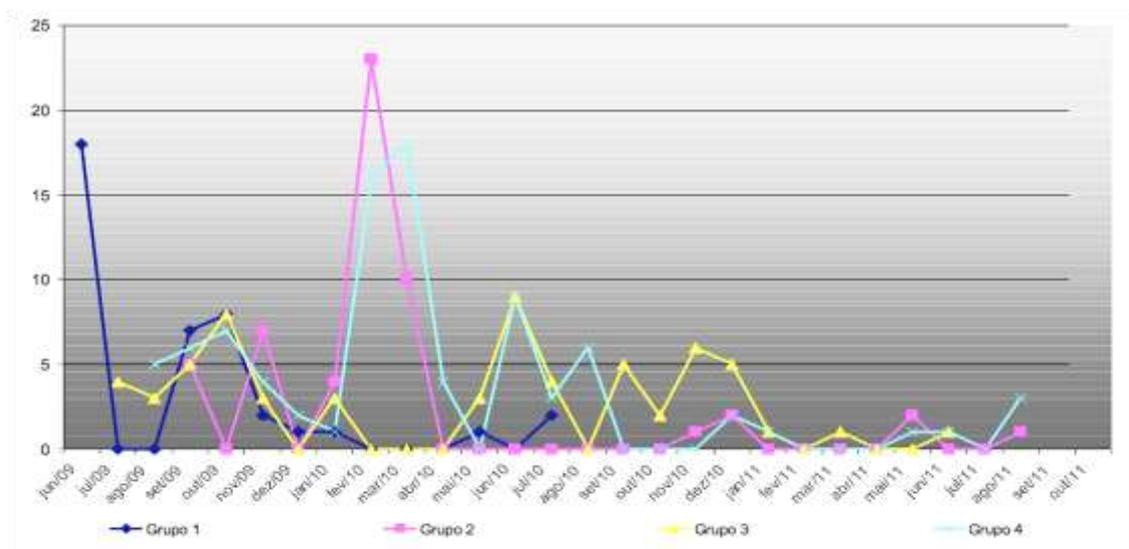
Existia ainda a “Carta de Princípios da Rebal”, um documento que tratava dos principais objetivos dos processos de Agenda 21, e colocava regras gerais para atuação dos usuários na rede. Dentre as orientações, constava que na rede não deveria haver discriminação por ideologias, partidos políticos, natureza social ou cultural. A rede deveria ser constituída por processos de Agenda 21 Local cadastrados, para fortalecer e articular iniciativas e reunir os diversos setores e instituições. “É uma Rede plural que trabalha divergências na busca de consensos”, (...) “gerar transparência na troca e disseminação de informações e na produção de documentos e atividades conjuntas”.

Era, ainda, destacado o caráter suprapartidário da rede, e que as informações nela produzidas seriam públicas, sendo a ética, a transparência e os laços de confiança valores primordiais. A rede apresentava uma “Biblioteca Coletiva”, que dispõe de 329 documentos, organizados por 45 temas ou autores, hospedada no Issu.com, que permitia o armazenamento e visualização online. Essa biblioteca virtual permitia o nivelamento de conhecimentos acerca do tema Agenda 21 entre os participantes. Foram registradas ocasiões em que participantes aconselharam outros a procurarem esses documentos.

Análise dos grupos de discussão

Cada grupo apresenta objetivos específicos: o “Atualização da Agenda 21 Brasil” (Grupo 1) foi criado para discussão e geração de contribuições para o processo de a revisão da Agenda 21 Brasileira; o “ELO Rebal21” (Grupo 2) se declara espaço para debates do coletivo dos grupos de Agendas 21 Locais do Estado do Rio de Janeiro; o “Agenda 21 de Magé” (Grupo 3) e o “Agenda 21 de Belford Roxo” (Grupo 4), destinados a discutir os processos de Agenda 21 desses municípios. O envio de mensagens comporta dinâmicas de discussão assíncronas e intervenções discursivas com até 3000 caracteres. Os quatro grupos analisados estiveram ativos entre junho de 2009 e agosto de 2011, conforme o gráfico que detalha o fluxo de envio de mensagens:

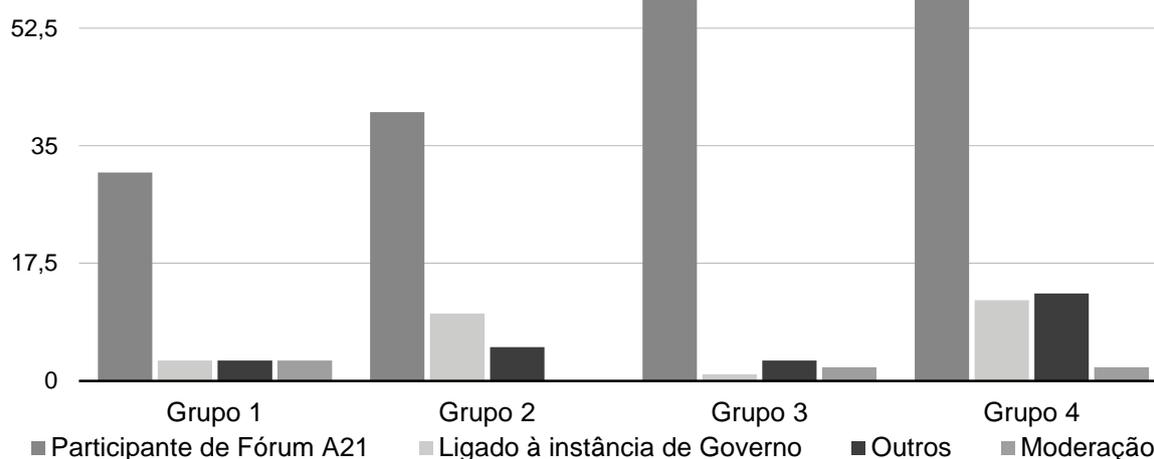
Gráfico 1 – Fluxo de envio de mensagens nos quatro grupos de discussão (Fonte: autor)



Em cada um dos grupos, observou-se que o fluxo de mensagens ocorreu de forma inconstante, com picos de postagens em determinados períodos. No Grupo 1, a publicação de mensagens foi mais intensa na primeira semana, observando-se picos de atividade até julho de 2010, quando a frequência de postagens foi interrompida. No Grupo 2, houve um grande pico de publicações de mensagens em fevereiro e março de 2010, verificando-se semanas onde não houve publicação alguma. Na discussão do Grupo 3, houve um período inicial de trocas mais intensas, seguido por períodos de oscilação, com picos de atividade nos meses julho, setembro e novembro de 2010. De forma semelhante, nas discussões no Grupo 4 há oscilações com picos

em fevereiro, março, junho de agosto de 2010, havendo meses sem mensagem trocadas. A duração da discussão pode variar conforme o envolvimento das pessoas, mas é recomendável a seja especificada, em função do cumprimento de objetivos. Embora previsto pela moderação, não houve arquivamento das discussões, até a finalização da análise.

Gráfico 2 – Distribuição de perfil dos participantes por grupo (Fonte: autor)



Em relação aos perfis⁴ dos participantes de cada grupo, cabe ressaltar que, dos 74 perfis que postaram mensagens em todos os quatro grupos, apenas um não revelava sua identidade (nome, foto e dados pessoais). Outros participantes se referiram a ele pelo nome, dando a entender que o conheciam. Na análise dos perfis, considerou-se o grau de proximidade da representação governamental e de vinculação com processos de Agenda 21. Os membros dos grupos foram divididos em quatro categorias, sendo a distribuição da participação disposta no gráfico acima. Nos grupos 2 e 4 de Belford Roxo, houve maior participação de perfis ligados a governo – funcionários do Estado do Rio de Janeiro. Contribuições desse tipo de participante centraram em prestar informações técnicas sobre a discussão que estava sendo travada ou dar avisos.

Houve envolvimento de representantes governamentais relacionados aos processos de Agenda 21 no debate de forma ativa, diferentemente de se colocar meramente na posição de webmasters. A frequência de atuação do perfil de moderador da rede foi baixa em três dos grupos, tendo se limitado a responder a questionamentos diretos feitos pelos outros

⁴ A análise considerou como critério de perfil: (a) Moderação da Rede (representante governamental); (b) Diretamente relacionado ao corpo governamental; (c) Participantes de processos Agenda 21 em andamento; (d) outros participantes que não fazem parte de nenhum fórum *offline* acerca do tema. Os dados foram consolidados a partir de informações fornecidas no perfil dos participantes.

participantes, seja quanto à gestão da rede ou também em ocasiões onde foi pedido posicionamento da Subcoordenação de Agenda 21 do Rio de Janeiro. A moderação sugeriu que fosse realizado um encontro presencial com os participantes para capacitação à ferramenta Ning e aos conteúdos da Carta de Princípios, mas não houve adesão à iniciativa por parte dos participantes.

Em relação à postura da moderação no sentido de inibir mensagens indesejáveis, agressivas ou irrelevantes – tais como os *spams* ou *flaming* (postagem de mensagens abusivas ou agressivas, conforme Dalhberg, 2001) – não foram encontradas evidências desse tipo de censura prévia da moderação nos grupos analisados. As mensagens aparecem publicamente imediatamente após seu envio – embora a moderação tenha retirado mensagens a posteriori, conforme veremos adiante.

Análise do conteúdo das mensagens trocadas

Com relação ao design dos grupos para deliberação pública, cabe ressaltar o formato aberto de todos eles. Foram geradas 248 mensagens ao longo do período de análise, e na Tabela 1 estão condensados os dados classificados por categorias e sua distribuição percentual em relação ao total:

Tabela 1 – Classificação das mensagens trocadas nos grupos por categorias (Fonte: autor).

Mensagens		Grupo 1		Grupo 2		Grupo 3		Grupo 4		Total	
Categoria	Subcategoria	Número de Mensagens		Número de Mensagens		Número de Mensagens		Número de Mensagens		Número de Mensagens	
Pertinência	Relevante	33	83%	44	80%	46	73%	77	87%	200	81%
	Irrelevante	7	18%	11	20%	17	27%	12	13%	47	19%
Tom	Agressivo	0	0%	8	15%	3	5%	13	15%	24	10%
	Respeitoso	40	100%	47	85%	60	95%	76	85%	223	90%
Diálogo	Inicia um debate	6	15%	8	15%	18	29%	10	11%	42	17%
	Responde	14	35%	23	42%	29	46%	59	66%	125	51%
	Monológica	20	50%	24	44%	16	25%	20	22%	80	32%
Reciprocidade	Progresso	12	30%	28	51%	29	46%	33	37%	102	41%
	Persuasão	5	13%	9	16%	6	10%	18	20%	38	15%
	Radicalização	6	15%	10	18%	21	33%	23	26%	60	24%
Argumentação	Sem Reciprocidade	17	43%	9	16%	7	11%	15	17%	48	19%
	Validação externa	19	48%	15	27%	27	43%	35	39%	96	39%
	Validação interna	6	15%	11	20%	14	22%	16	18%	47	19%
	Alegação	13	33%	27	49%	19	30%	31	35%	90	36%
	Sem argumentação	2	5%	2	4%	4	6%	7	8%	15	6%

Quanto à pertinência das mensagens para o debate, na avaliação realizada das mensagens enviadas dos grupos da Rebal21, optou-se por considerar relevantes quaisquer mensagens que tivessem alinhamento com temas ligados à proposta de cada fórum e aos processos de Agenda 21. Mensagens que discutiam a importância da implantação de um determinado serviço público foram consideradas relevantes, mas comentários que não tinham a ver com a discussão foram considerados irrelevantes. Outro critério para julgamento foi a pertinência atribuída pelos próprios participantes daquele fórum, dando continuidade ou não ao tópico proposto.

Nos quatro grupos analisados, a grande maioria das mensagens trazia alguma contribuição relevante para a discussão que estava sendo traçada, num total de 81% das mensagens trocadas nos quatro grupos. No Grupo 3, o qual o percentual de relevância das mensagens ficou em 73%. Tal resultado explica-se pela atuação do participante J.R., criador do grupo, que respondia a quase todas as mensagens de forma relevante.

A análise do tom das mensagens parte da constatação de que, nos fóruns de discussão online, a impessoalidade acaba por favorecer a violação de normas de boa conduta por parte dos participantes, resultando em insultos ou ofensivos (Dahlberg, 2001; Miola, 2011). O percentual de mensagens de tom agressivo não superou 15% em nenhum dos quatro grupos analisados, sendo que no total apenas 10% dos comentários se enquadraram nessa categoria. Essas ocorrências geralmente tendiam a desqualificar a iniciativa de diálogo proposta, ou apresentava frustração em relação à discussão:

Grupo 4 - Comentário de J.C. em 25 de março 2010 às 21:47:
Ninguém fala nada NEM UM BOM DIA. Se o Papai C. MORRER, FERROU A MARIOLA. ISSO NÃO É COLEGIADO NEM AQUI E NEM EM LUGAR NENHUM DO UNIVERSO. VOU TORCER PARA QUE ELE NÃO MORRA, POIS ELE É ROCK N' ROLL. RECICLAAAÇÃO AMBIENTALISMO DE AÇÃO.

A moderação tratou o comentário da seguinte forma:

Grupo 4 - Comentário Moderadores da Rebal em 26 de março 2010 às 1:46:
Preocupante a provocação do amigo J.C. Não que eu ache que as provocações não sejam necessárias a rede. Particularmente tenho a certeza que as redes sociais só sobrevivem e até mesmo ganham sentido, quando os membros do coletivo provocam discussões e são provocados a tecer comentários e a construir conhecimento. No entanto não posso concordar que estas provocações não tenham profundidade ou mesmo sirvam para testar o grau de mobilização deste determinado coletivo (...).

Entre os grupos analisados, foi identificado um único caso em que uma mensagem foi apagada pela moderação, no sentido de eliminar comentários agressivos. Essa ocorrência chegou a ser discutida no fórum e comentada pela moderação:

Grupo 4 - Comentário de T.G. em 29 de junho 2010 às 21:22

O QUE É ISSO? NÃO ESTOU TENDO DIREITO DE RESPOSTA, ENTÃO PORQUE APAGARAM A MINHA RESPOSTA QUE LHES ENVIEI? NÃO ESTOU ENTENDENDO OS SENHORES MODERADORES DA REBAL.

Grupo 4 - Comentário Moderadores da Rebal em 29 de junho 2010 às 16:55:

Espero que entendas que não se trata de direito de resposta. Apagamos os comentários que consideramos ofensas pessoais e não uma proposta de consenso. Agradeço a compreensão e sugiro cheguem a um consenso sobre o caso que continua no Fórum de Discussão aberto por você "Qual será o fim dos pneus?" Entenda que estamos apenas seguindo nossa Carta de Princípios ok? Abraço.

Nesse caso a moderação cumpriu o papel destacado na Carta de Princípios, de evitar mensagens agressivas. A observação da qualidade do diálogo também guarda relação a deliberação pública. Como coloca Dahlberg (2001), a troca de razões ocorre quando a participação é marcada pela reflexividade, ou seja, requer que os sujeitos analisem seus pontos de vista e valores de forma crítica. Embora seja difícil determinar quando de fato esse tipo de avaliação crítica ocorre nos indivíduos, optou-se pela classificação utilizada por Miola (2011): (a) esforço em iniciar um debate ou (b) responder a outro debatedor (c) e mensagens onde o diálogo não é buscado.

Averiguou-se que a ocorrência de diálogo entre os participantes se dava de forma diferente em cada um dos grupos. De forma geral, cerca de metade (51%) das mensagens trocadas apresentava algum tipo de resposta ou contribuição a algo que já havia sido colocado em discussão. Ressalta-se no Grupo 1, em que cerca de metade dos comentários colocados foram classificados como monológicos porque não respondiam a nenhum outro participante, nem foram objeto de resposta posterior. Essa recorrência de mensagens monológicas também predominou no Grupo 2. Dois participantes, J.C. e J.G, recorreram a mensagens que não demonstravam intenção de iniciar ou contribuir com o debate, sendo responsáveis por mais da metade dos 44% das mensagens monológicas. Em Grupo 3, J.R. foi responsável por 23 das 63 mensagens trocadas, também foi responsável por 8 das 16 das mensagens monológicas registradas.

No Grupo 4, 11% das mensagens pretendia iniciar novo debate ou subtema, enquanto a maioria das mensagens (66%) eram contribuições ao debate existente. É válido ressaltar que 12

das 65 mensagens classificadas como resposta foram enviadas pelo perfil Moderadores da Rebal, que atuaram de forma ativa, satisfazendo a questionamentos. Percebeu-se que os participantes interagiram com a moderação, representando o desejo de tratar com a representação governamental.

GRUPO 1 - Comentário de T.O.G. em 3 de julho 2010 às 20:26:

O que é engraçado é vejo pelas mensagens que todos estamos lutando em encontrar soluções, sei que tem políticos na REBAL, agora eles nem se quer para dar uma resposta de alguma coisa. Me desculpe, mais se não falarmos como saberão dos problemas? Não estou aqui para ficar bajulando ninguém, apenas estou colocando um assunto em que é mínimo, já que essa área ambiental tem milhões de problemas. É triste a gente se formar em uma área e ver tanta coisa errada e ainda ser ignorada.

A reciprocidade, segundo Jensen (2003), pode ser percebida na ocorrência de mensagens onde há progresso (quando o participante reflete sobre outra postagem com novas informações ou argumentos) ou persuasão (quando há reiteração de pontos que já tenham sido defendidos) ou radicalização, “quando o usuário reage negativamente à outra postagem e radicaliza seu ponto de vista anterior, não estando aberto a outras possibilidades” (Sampaio, Maia & Marques, 2010: 458). Abaixo estão exemplos de cada (persuasão, progresso e radicalização) respectivamente:

GRUPO 3 - Comentário de J.S em 28 de outubro 2009 às 12:03:

Meu caro R., concordo que para abordarmos creio ser necessário um aprofundamento do que chamamos desenvolvimento sustentável, em face dos mega projetos industriais em curso e previsto em nossa região, e desenvolvimento industrial demais para uma população tão pobre. Não consigo vislumbrar o transbordamento de tamanha riqueza para as classes subalternas que alimenta a política em troca de cesta básica (...)

GRUPO 2 - Comentário de J.G. em 23 de novembro 2009 às 22:44:

Pessoal, Como militante, pesquisadora e consultora na construção de agendas 21 escolares, me permito discordar das seguintes afirmações (...) Em primeiro lugar: as Agendas 21 Escolares não são apenas um desdobramento das agendas 21 locais. É desejável que estas dimensões se articulem e dialoguem num território, mas as agendas 21 escolares possuem uma identidade própria e muitas vezes são elas o locus onde nascem as agendas 21 locais. Esta afirmação desempodera todo um discurso e ação que atores sociais diversos vínhamos fazendo, inclusive na CPDS, com relação à necessidade do MMA definir indicadores para estas agendas.

GRUPO 4 - Comentário de R.C. em 1 de julho 2010 às 9:27:

Referente aos pneus eles são uma micro gota no oceano (...) a legislação é completamente contra a reciclagem de fato. Só não enxerga quem não entende, ou é mal intencionado, ou os dois.

Em quase um quinto do total de mensagens dos grupos (19%), não foi identificado nenhum indício de reciprocidade, o que foi mais marcante nas mensagens trocadas no fórum Grupo 1 (43%). Nos outros três grupos, esse percentual não chegou a 20% das mensagens. Assim, pode-se inferir que a maioria dos participantes respondeu de forma recíproca, seja apresentando novos argumentos, concordando ou discordando, o que pode ter sido favorecido por todos terem acesso ao histórico de mensagens trocadas, assim como pela impossibilidade de postar anonimamente.

Cerca de 40% de todas as mensagens trocadas nos grupos analisados refletiam o progresso da discussão, no sentido de contribuir com novas informações ou pontos de vista. As mensagens persuasivas permaneceram entre 10% e 20% em cada grupo. No Grupo 4 verificou-se maior índice de mensagens persuasivas em relação aos outros grupos, principalmente devido às tentativas de convencimento por parte de um dos participantes, R.C., também responsável pela maioria das radicalizações identificadas.

Em relação à como foi desenvolvida nos grupos a argumentação⁵ propriamente dita, procurou-se identificar se os argumentos possuíam elementos de (a) validação externa (participante baseia-se prioritariamente em informações de fontes externas); (b) validação interna (apresentação de ponto de vista e valores pessoais); e também (c) alegações, que não apresentam qualquer tipo de validação com fatos ou pontos de vista, (Jensen, 2003; Sampaio, Maia & Marques, 2010), tendo sido identificado, por exclusão, mensagens que não apresentaram indícios argumentativos (Miola, 2011).

A análise permite identificar que no total das mensagens trocadas nos grupos houve uma um equilíbrio entre participantes utilizando de fontes externas para sustentar seus argumentos – validação interna (39%) – e aqueles que afirmaram seus pontos de vista sem qualquer justificativa – alegações (36%). É relevante destacar nos grupos a presença de 15 mensagens (em cada um) que não apresentavam nenhum tipo de posição ou argumentação, geralmente divulgações de eventos.

Embora seja difícil determinar, sob a lógica da causalidade, em que medida os temas debatidos nos fóruns efetivamente resultaram em políticas públicas – uma vez que tais resultados dependem do próprio sucesso dos fóruns de Adenga 21 – é importante refletir acerca

⁵ Considerou-se como validação externa todos os comentários que apresentaram em suas justificativas fontes externas. Os comentários classificados como validação interna os comentários onde os pontos de vista foram justificados apenas por valores ou testemunho pessoais. Foram tratados como alegações aquelas mensagens que continham posicionamentos, mas não se enquadravam nas outras categorias.

do papel desempenhado pela plataforma em pelo menos dois sentidos: na organização de eventos e gestão dos fóruns – seja nas fases de sensibilização, como auxiliar ao diagnóstico local ou passagem de etapas no processo de Agenda 21 – e também no processo de produção e distribuindo material informativo e metodológico. A plataforma da Rebal21 funcionou como espaço para suporte à organização de eventos físicos da própria rede e dos fóruns nela hospedados, e teve função importante de dirimir as eventuais dúvidas participantes dos fóruns de Agenda 21 Local – como destaca relatório da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2011).

Conclusões

A Rebal foi encerrada em dezembro de 2013, segundo a moderação, em função de as discussões nos grupos haverem cessado. Nos grupos relacionados a processos de Agenda 21 analisados, isso ocorreu na medida em que os processos de Agenda 21 foram concluindo seus processos de diagnóstico participativo. Apenas no Grupo 1 houve uma comunicação formal a discussão por parte do perfil moderador da Rebal21 e criador do grupo – agradecendo a participação de todos e dando por encerrada a discussão. Nos outros grupos, a atividade cessou sem que se possa afirmar uma correlação. Atualmente, a única representação virtual é uma *fanpage* no Facebook⁶.

De forma geral, constatou-se que a Rebal21, durante sua existência, funcionou como fator de integração e difusão de conhecimentos entre os participantes e favoreceu novas alternativas de participação política. Embora não consiga sozinha propiciar solução para os entraves de conduzir um processo deliberativo, ela permitiu que cidadãos envolvidos se associassem e debatessem questões de interesse comum.

Evidenciou-se que, por um lado, a ligação com o poder público responsável pela criação e moderação do site, hospedando o debate pode, em certas ocasiões, ser um indicador importante para qualificar a discussão – tanto pela inserção de informação qualificada quanto pela possibilidade de evitar comentários agressivos e indesejáveis. Análise não apontou nas discussões ligações ideológicas com partido ou com a instância governamental que criou a rede

⁶ Endereço: <https://www.facebook.com/Wilmadolagodeluziania/info>. Acesso em 15 de março de 2014.

o governo que criou a rede. Assim, o discurso foi impulsionado mais pelas preocupações dos cidadãos do que por outros fatores.

Contrariando a recomendação normativa de que a moderação deve manter-se neutra e interferir apenas em conflitos extremos, o perfil moderador da rede, mais do que mero webmaster, mostrou-se ativo e participante das discussões, buscando promover a interatividade e alinhamento nos debates. Nos casos em que comentários foram excluídos, houve justificativa com referência à Carta de Princípios da rede.

Os grupos analisados, de modo geral, seguiram regras gerais para um bom funcionamento, em que cada participante potencialmente teria direito de introduzir e questionar qualquer afirmação. A maioria das mensagens trocadas era pertinente à discussão, em tom respeitoso e, em uma parcela significativa, guardando alguma relação dialógica com a discussão em andamento. Isso favorece a análise crítica dos argumentos e valores publicitados, de forma que se um participante possa compreender o argumento da perspectiva do outro. Contudo, as instruções iniciais dos grupos foram muito abertas, e isso pode ter prejudicado a argumentação orientada para ao objetivo final de chegar a conclusões capazes de orientar decisões *offline*. A possibilidade de interação direta com a representação estatal tendeu a atrair muitos participantes, e isso pode ser reflexo da vontade de influenciar mais diretamente os processos envolvidos.

É válido ainda considerar que a manutenção do acesso aos arquivos dos debates, mesmo quando encerrados, pode ser útil como fonte de consulta do público e dos próprios agentes estatais e funcionar como um registro dos posicionamentos discutidos num dado momento. Da mesma forma, os arquivos da biblioteca mantida exercem papel importante ao divulgar um rico acervo de informações e documentos digitalizados a respeito de processos Agenda 21, cidadania e direitos humanos. Mesmo nos casos em que não houve grande reciprocidade e reflexividade, a rede e seus grupos são importantes do ponto de vista da participação e aprendizado dos usuários.

Assim, mais do que um experimento localizado, para um número de participantes limitado aos integrantes de fóruns Agenda 21, podemos dizer que a experiência da Rebal21 foi importante, mais até do que para a construção dos processos de Agenda 21 em si, para o contexto das políticas públicas em educação ambiental. Em seu primeiro parágrafo, a Política Nacional de Educação Ambiental (lei 9795/99) define advoga a necessidade de processos por

meio dos quais o indivíduo e a coletividade construam valores sociais, conhecimentos, atitudes e competências voltadas para conservação da sociedade e do meio ambiente.

Nesse sentido, a rede funciona como espaço de reunião que – como também é efeito comum e desejável dos próprios processos de Agenda 21 – contribui para a educação para a cidadania e para o empoderamento, tanto em nível individual quanto local. Num ambiente informacional pleno, tais iniciativas permitem contornar o problema da desinformação provocada pelo excesso de informação, tão comum na Internet (Maia, 2008). Embora não tivesse como objetivo formar especialistas, a rede foi instrumento para organização, visibilidade e discussão de questões sociais e ambientais relacionadas ao desenvolvimento local participativo, contribuindo para a formação cívica em consonância com o contexto sócio-histórico de seus participantes.

Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1998.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. **Agenda 21: resultados selecionados**. Brasília, 2011.

COLEMAN, S.; BLUMLER, J. **The internet and democratic citizenship: theory, practice and policy**. New York: Cambridge University Press, 2009.

DAHLBERG, L. Extending the public sphere through cyberspace: The case of Minnesota E-democracy. **First Monday**, Volume 6, Number 3 - 5 March 2001.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. Vol II. Tradução Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. p. 9-121.

JENSEN, J. L. "Public Spheres on the Internet: Anarchic or Government-Sponsored - A Comparison." **Scandinavian Political Studies**, vol. 26, n° 4, 2003.

MAIA, R. C. M. “Redes cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo”. In: GOMES, W.; MAIA, R. C. M. **Comunicação e Democracia: problemas e perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008(b), p.327-348.

MARQUES, F. P. J. A. Participação, instituições políticas e Internet: um exame dos canais participativos nos portais da Câmara e da Presidência do Brasil. **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 33, n. 1, 2010.

SAMPAIO, R. C.; MAIA, R. C. M. & MARQUES, F. P. J. A. “Participação e deliberação na internet: um estudo de caso do Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte”. **Opin. Publica**. 2010, vol.16, n.2, pp. 446-477.

Artigo recebido dia 18 de maio de 2014 e aprovado dia 27 de junho de 2014.